

Políticas sociais Novo modelo poderá adotar a idéia do cartão único Presidente admite 'tropeços' e quer unificar programas

Taciana Collet

De Brasília

Passados quatro meses de gestão o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda organiza a política social, principal bandeira do governo. Depois de admitir "tropeços" no setor nos cem primeiros dias de administração, o presidente pediu mudanças à equipe. A Câmara de Política Social (que reúne quase todos os ministérios sob o comando da Casa Civil) está detalhando como funcionarão os programas sociais daqui para frente. Caminha-se para a unificação dos principais programas de transferência de renda — do cartão-alimentação (uma das ações do Fome Zero) aos projetos implantados de forma fragmentada ainda no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, como o bolsa-escola, o vale-gás e o bolsa-alimentação.

A idéia em estudo é a adoção de um único cartão, com valor mínimo ainda não definido (provavel-

mente R\$ 50). A verba repassada mensalmente aumentaria de acordo com o perfil de cada família carente. Além disso, as contrapartidas vão variar, dependendo também das características da família e do valor a ser recebido.

Não está definido se o governo exigirá que a verba seja destinada à compra de alimentos, como ocorre hoje com o cartão-alimentação de R\$ 50. O ministro da Segurança Alimentar e de Combate à Fome, José Graziano, é o maior defensor dessa idéia. Os integrantes da Câmara voltam a se reunir em maio para a definitiva decisão sobre como será o novo modelo unificado.

Outro problema é o cadastro único, herdado da gestão FHC e que precisa ser atualizado para que o novo sistema funcione. O governo avalia que o atual cadastro tem grandes falhas — muitas famílias necessitadas não recebem nenhum benefício enquanto outras têm direito a vários.

Nos últimos dias, o Ministério da Fazenda entrou na discussão so-

bre a política social com a divulgação do documento Políticas Econômicas e Reformas Estruturais e causou polêmica dentro do próprio PT. O texto propõe a "focalização" dos programas sociais — para que só os realmente pobres sejam atendidos. A expressão foi usada de forma genérica e sem a ênfase ao fato de que as políticas universais na educação, na saúde, na previdência, serão mantidas e executadas em conjunto.

A economista Maria da Conceição Tavares, muito ouvida no PT e no governo, entendeu a indicação como uma senha do governo para acabar de vez com a universalização do atendimento. Os próprios ministros da área social, depois do barulho provocado pelas críticas de Tavares, ficaram de pé atrás. O ministro da Fazenda, Antonio Paolocci, tentou pôr fim à polêmica reiterando a necessidade de focar melhor os gastos dos programas de distribuição de renda para os que mais precisam, mas ressaltou que o documento não prega o fim

da universalização das políticas de educação e saúde.

Balanço do Ministério da Segurança Alimentar mostra que nas duas cidades escolhidas para o projeto piloto do Fome Zero — Guaribas (PI) e Acauã (PI) — as políticas estruturais já começam a dar resultados. Estima-se que o dinheiro do cartão-alimentação fez a economia local movimentar R\$ 50 mil a mais por mês. Os casos de diarréia diminuíram, casas estão em construção ou reforma, centenas de moradores conseguiram certidões de nascimento e cerca de 600 adultos estarão alfabetizados até o fim de maio (o professor receberá R\$ 100 por aluno alfabetizado; o alfabetizando também ganhará R\$ 100 quando conseguir ler e escrever um texto simples).

Até o fim de maio, a previsão é de que os moradores de 193 cidades do semi-árido estejam recebendo o dinheiro do cartão-alimentação, além da implantação das ações estruturais. No fim do ano, seriam mil municípios.